

ATO ADMINISTRATIVO Nº 53/2024

O Secretário de Administração, no âmbito do Município de Cumaru, Estado de Pernambuco, no exercício legal do seu cargo e usando das atribuições que lhes são conferidas pela lei,

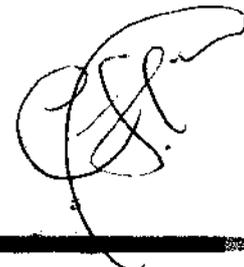
CONSIDERANDO, a análise do requerimento protocolo nº 958 de 18.04.2024, o qual versa sobre o reconhecimento do **pós-doutorado** (com Diploma e Projeto de Pesquisa), conforme documentos lícitos e anexos, que significa “Estudo de Extensão”, juntado ao referido requerimento, com o objetivo de comprovação de nova habilitação de classe, pela servidora **ROZINEIDE IRACI PEREIRA DA SILVA**, matrícula 596-1, percebemos que o diploma juntado não foi expedido por Universidade Brasileira, porém o Doutorado foi reconhecido pela Plataforma Carolina Bori;

CONSIDERANDO, que o **pós-doutorado** é um processo de interação e extensão entre universidades, em que pesquisadores são postos em contatos com instituições relacionadas com o estado da arte de uma determinada área. De acordo com Luiza Teixeira-Costa, pesquisadora de pós-doutorado na Harvard University Herbaria, o pós-doutorado (ou “pós-doc” é uma atividade de pesquisa científica que se faz após concluir o doutorado. Por isso, é uma atividade que o pesquisador pode tocar com mais liberdade. A requerente está juntando cópias, neste momento, do seu Projeto de Pesquisa, que foi elaborado no ano de 2020, quando da sua publicação: **AVALIAÇÃO NOS ANOS INICIAIS: PLANEJAMENTO, DIDÁTICA UM RETRATO DA PRÁTICA DOS PROFESSORES DO ENSINO FUNDAMENTAL**
<https://w.revistaespacios.com/a19v40n36/19403627.html>;

CONSIDERANDO, que a requerente também publicou livro, conforme a citação: **EDUCAÇÃO INCLUSIVA: ADAPTAÇÕES DE ATIVIDADES ESCOLARES DESAFIOS E EXPECTATIVAS DOS PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA**
<https://www.editorapublicar.com.br/educacao-inclusiva-adaptacoes-de-atividades-escolares-de-safios-e-expectativas-dos-professores-da-educacao-basica>;

CONSIDERANDO, que a requerente juntou a este requerimento, Diploma de Pós-Doutorado, tudo de acordo com os estudos de realizados;

CONSIDERANDO, que a Plataforma Sucupira é uma ferramenta de atualização e de compartilhamento de informações acadêmicas. Através dessa plataforma, a CAPES consegue realizar de forma mais eficiente o acompanhamento e as avaliações periódicas sobre os dados dos programas de pós-graduações que existem no país. Além disso, a plataforma também funciona como uma base de referência para o Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG). Na rotina de pesquisa, usa-se a plataforma de forma recorrente. Afinal de contas, as avaliações da plataforma compreendem muitos dados e informações necessários para a gestão de pesquisas;

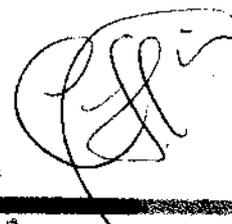


CONSIDERANDO, o que preceitua a Plataforma Carolina Bori, temos que esta plataforma reúne Instituições de Ensino Superior (IES) Públicas e Privadas que, por adesão, oferecem as informações necessárias para que os requerentes (diplomados) solicitem a Revalidação ou o Reconhecimento dos seus diplomas estrangeiros. **A Plataforma Carolina Bori encontra-se disponível para receber pedidos de Revalidação e/ou Reconhecimento de diploma estrangeiro. Aconselhamos a leitura cuidadosa da Portaria Normativa nº22/2016 do MEC, que dispõe sobre normas e procedimentos gerais de tramitação de processos de solicitação de revalidação de diplomas de graduação estrangeiros e ao reconhecimento de diplomas de pós-graduação stricto sensu (mestrado e doutorado), expedidos por estabelecimentos estrangeiros de ensino superior. Orientamos também a leitura atenta dos itens do Portal Carolina Bori (<https://carolinabori.mec.gov.br/>), pois lá poderá obter informações adicionais, legislação, prazos e perguntas frequentes, etc. A plataforma facilita a gestão e o controle do fluxo dos processos de revalidação/reconhecimento, além de maior interatividade entre as partes interessadas.** Por meio da plataforma, a IES oferece ao requerente as seguintes informações: documentação exigida, cursos e programas ofertados, capacidade de atendimento simultâneo e valores das taxas para prestação de serviços. Desse modo, o requerente pode escolher a instituição na qual solicitará a revalidação de diploma para os cursos de graduação e/ou reconhecimento de diploma de Mestrado ou de Doutorado stricto sensu. À medida que o sistema esteja operativo, a plataforma Carolina Bori constituirá um Banco de Dados que oferecerá aos requerentes a informação a respeito das IES que já revalidaram diplomas de cursos similares aos seus. A plataforma abriga igualmente um conjunto de Instituições que fazem parte de Acordos Internacionais e cujos cursos devem ser objeto de processos de tramitação simplificada. Para além de um sistema facilitador do trabalho de gestão de processos para os requerentes (diplomados) e as IES, a plataforma reunirá um banco de dados com informações relevantes para estabelecimento de políticas de internacionalização da educação superior brasileira, contribuindo para o atingimento das estratégias 14.9 e 14.10 da meta 14 do Plano Nacional de Educação. Nesse sentido, mesmo aquelas IES que não fizerem adesão à plataforma, precisarão inserir, com regularidade, informações referentes aos processos efetivados em sua instituição. **(Informações retiradas da página da Plataforma Carolina Bori - <https://plataformacarolinabori.mec.gov.br/usuario/aceso#:~:text=Esta%20plataforma%20re%C3%BAne%20Institui%C3%A7%C3%B5es%20de,Reconhecimento%20dos%20seus%20diplomas%20estrangeiros.>)**

CONSIDERANDO, que o PCC dos professores lei 692/2011, em seu artigo 14, § 7º e § 8º, nos traz todas as exigências legais para contagem de classe e faixa, senão vejamos abaixo:

“Art. 14 - A Carreira do Magistério Público Municipal é integrada pelo cargo de provimento efetivo de professor e estruturada em seis classes.”

“§ 7º - A passagem de uma classe para outra superior na vertical, será comunicado a Secretaria de Educação que até o prazo de 90 (noventa) dias mediante comprovação de nova habilitação e apresentação de diploma ou certificado de conclusão do curso de especialização, será publicado através de Ato do Poder Executivo em órgão da imprensa oficial do Município ou em quadro de aviso.” (Itálico e negrito nossos)



“§ 8º - Os cursos ou especialização de pós-graduação (Lato Sensu), mestrado, doutorado e pós-doutorado feitos ou concluídos fora do País, deverão ser reconhecidos por instituições de Ensino Superior Brasileiro, nos termos do Ministério da Educação.” (Itálico e negrito nossos)

CONSIDERANDO, que a referida servidora juntou ao seu requerimento nº 684 de 31.08.2023, o Diploma de Doutorado expedido pela **CHRISTIAN BUSINESS SCHOOL**, o qual está reconhecido, no seu verso, pela UFAL - Universidade Federal de Alagoas, devidamente assinado pelo seu reitor JOSEALDO TONHOLO. Abaixo do carimbo do reconhecimento, pela UFAL, existe um reconhecimento da assinatura do Reitor JOSEALDO TONHOLO, pelo Cartório do Registro Civil e Notas - 1º Distrito - Maceió - AL.

Resolve:

Art. 1º - [REDACTED] o requerimento formulado pela servidora **ROZINEIDE IRACI PEREIRA DA SILVA**, conforme fatos e fundamentos jurídicos acima expostos.

Art. 2º - READEQUAR os vencimentos na ficha financeira e contracheque da servidora **ROZINEIDE IRACI PEREIRA DA SILVA**, para **PROFESSOR DO ENSINO FUNDAMENTAL - ANOS INICIAIS, CLASSE VI, FAIXA E, COM 05 OU 25% DE QUINQUÊNIOS, NA MATRÍCULA 596-1, a partir do mês de abril de 2024**, conforme lei municipal nº 692/2011.

PUBLIQUE-SE. INTIME-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.

Cumaru/PE, 25 de abril de 2024.

Carlos Fernandes Vicente da Silva
CPF: 030.499.004-31
Secretário de Administração

CARLOS FERNANDES VICENTE DA SILVA
Secretário de Administração